

## VISÕES DO PATRIMÔNIO\*

*Wagner Costa Ribeiro<sup>1</sup>*

Definir patrimônio é uma tarefa estimulante, pois amplia horizontes a cada adjetivo agregado àquela palavra. Pode-se falar em patrimônio cultural, natural, imaterial, dentre outras formas de interpretar o registro da expressão humana que confere significado a quem a fez e a seus semelhantes.

Mais que isso, o patrimônio tornou-se objeto de políticas públicas e institucionalizou-se. Ganhou ares internacionais. Chegou ao ápice ao ser definido como *da humanidade*. Há uma instituição multilateral que se apregoa definidora das expressões a serem mantidas pela humanidade, a Unesco; e sua similar nacional, o Iphan, na escala federal, e outros órgãos públicos estaduais e municipais também lutam pela manutenção das evidências da aventura humana na Terra.

Ora, o que é então patrimônio? De forma direta, pode-se definir o patrimônio como uma expressão cultural que empresta identidade a um grupo social. É o olhar e a apreensão humana o que definirá e qualificará o patrimônio em suas diversas significações.

Não obstante, essas palavras ainda não bastam para apontar a questão central: o que deve ser conservado como registro da experiência humana no planeta?

Vários autores abordaram o tema do patrimônio. Choay (2001), por exemplo, indica que no começo a intenção era exaltar feitos históricos, que indicassem as virtudes dos vencedores de guerras, tornados símbolos nacionais. Desde logo, independentemente do uso político que lhe possa ser atribuído, o patrimônio esteve voltado à formação da identidade. Mais tarde, já no século XX, houve uma diversificação no entendimento do patrimônio. Mas isso não ocorreu sem uma apropriação comercial do passado, tornado mercadoria e atrativo turístico, como apontaram Funari e Pinsky (2003).

---

\* Artigo recebido em 01/12/2006. Autor convidado.

<sup>1</sup> Geógrafo, PROCAM e Depto. de Geografia –USP.

Esta pode ser a causa primeira a gerar interesse pela preservação de um artefato humano, seja ele uma edificação ou um conjunto arquitetônico: obter renda a partir do passado. Nada mais curioso ao olhar afoito do consumidor de informação, o turista engajado, que caminhar junto a um aqueduto romano, assistir a um *show* em uma antiga arena ou mergulhar em preces em uma igreja medieval. Essa busca de experiências do passado à luz de evidências do presente é ofertada como entretenimento, na maior parte das vezes, infelizmente. Perde-se a oportunidade de promover a chamada educação patrimonial, que antes de revelar o artefato tombado deve apontar o significado que ele atribui a um povo.

É, evidentemente, necessário encontrar alguma forma de manter a edificação em uso e meios para administrar sua conservação, o que é muito diferente do que simplesmente renovar uma área, como o Pelourinho em Salvador, apenas com objetivos turísticos. Naquele caso, como apontou Zanirato (2006), a predominância de um uso apenas comercial afastou a população original, que foi levada a áreas distantes daquela onde viveu experiências que, de alguma forma, remontavam ao passado sombrio que muitos negros viveram naquele lugar.

Outro aspecto relevante a considerar é a dimensão geográfica do patrimônio, seja ele cultural, imaterial ou natural. Sua conservação não respeita fronteiras administrativas. Nem entre países. Essa óbvia afirmação remete à definição da escala que deve ser considerada para que as características do ambiente a ser mantido não sejam afetadas de modo irreversível. Muitas vezes as influências que o colocam em situação de risco estão a centenas de quilômetros de distância. Monumentos em Atenas, por exemplo, sofrem a ação da precipitação de chuva ácida cujos elementos químicos são lançados ao ar em outras regiões industriais da Grécia ou mesmo da Turquia.

Quando se trata do patrimônio natural a manutenção é mais complexa, dado que os processos naturais não respeitam limites históricos e administrativos, uma das razões que levou à necessidade de uma ordem ambiental internacional (Ribeiro, 2001). A introdução do ecoturismo tem sido a alternativa mais usada na ânsia de gerar renda para a manutenção de áreas naturais conservadas. No Brasil, porém, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação avançou ao criar as unidades de uso sustentado, nas quais a população que nelas vivia antes da condição de área conservada pode continuar a executar parte de suas tradições culturais, incluindo o manejo do solo e a agricultura.

Nesta perspectiva, o artigo *Taperas e suas plantas: etnobotânica dos antigos assentamentos humanos*, do engenheiro agrônomo Celso Paiva e da bióloga Ana Carla Santos, destaca aspectos interessantes, que merecem ser comentados, quando apresenta resultados dos estudos realizados em taperas. Tal interesse começa pela formação dos articulistas, inseridos em carreiras tradicionais das ciências na natureza, os quais decidiram publicar seu artigo em uma revista de história. Nada mais salutar e merecedor de aplausos. É no debate interdisciplinar que chegaremos a algo novo, porquanto as estruturas de produção do conhecimento dos séculos XIX e XX parecem não ser mais suficientes para nos ajudar a interpretar a velocidade e os problemas dos fatos hodiernos. Merece aplausos também o corpo editorial da *Diálogos* pela abertura a propostas como essa.

Mas voltemos ao artigo. Eles justificam o estudo das taperas porque nelas seria possível encontrar vestígios do patrimônio imaterial das comunidades que as ocuparam. Para eles

a grande diversidade da flora persistente nas taperas expressa, a par das características ecológicas locais, o caráter idiossincrático da agricultura domiciliar, englobando aspectos históricos, sociais e individuais, como nomadismo, necessidades, curiosidade, iniciativa e gostos.

A introdução, ensaio e uso de plantas econômicas constitui expressão social, cultural, econômica e técnica dos assentados, caracterizando parte do seu patrimônio cultural imaterial. A escolha das espécies e das variedades de plantas de interesse prático revela informações sobre a história do relacionamento entre pessoas, ambientes e técnicas. A História da Técnica Agrícola tem muito a aprender com a investigação dos antigos assentamentos.

Com essa premissa, levantaram, segundo um método científico que fazem questão de explicitar, as espécies que foram trazidas de fora como expressão de costumes das populações humanas que viviam nas áreas de estudo. Como geógrafo reclamaria uma caracterização um pouco mais detalhada dos sítios estudados, mas esse seria um olhar de especialista...

A frase final da citação também é digna de nota: tal qual aponta Santos (2005), o conhecimento dito tradicional interessa - e muito - ao desenvolvimento tecnológico, na perspectiva ocidental. Essa máxima vale e corrobora o interesse muito bem apontado pelos autores, qual seja, a

relevância em conhecer espécies selecionadas para o cultivo em determinados sítios pode atrair o olhar de quem estuda técnicas de cultivo para aprimorar as práticas agrícolas. Oxalá se destinassem a uma agricultura pouco intensiva, mas isso é tema para outro texto.

O artigo que quero comentar a seguir é *Patrimônio cultural subaquático da humanidade: um patrimônio sem fronteiras*, de Gilson Rambelli, pós-doutorando em arqueologia pela Unicamp. O autor destaca um tema inusitado: o patrimônio subaquático. Menos “científico” que o anterior, ele desenvolve sua argumentação de modo crítico à rejeição do Brasil à *Convenção Internacional de Patrimônio Subaquático*, da Unesco.

Como informa o texto, tal instrumento procura coibir a apropriação privada de embarcações e seus conteúdos por meio de mergulhadores que acreditam poder retirar material do fundo dos oceanos só porque tiveram acesso à embarcação afundada. O autor contesta essa prática e faz coro com a Unesco ao escrever que “o patrimônio cultural subaquático representa uma diversidade considerável de testemunhos materiais do nosso passado”. Para ele, isso o torna patrimônio da humanidade. Ora, qual “humanidade”? - podemos indagar. No mínimo, a que desenvolveu meios técnicos capazes de flutuar. Esse atributo é comum à humanidade?

Um dos temas mais complexos é definir a espécie humana. Se admitirmos que a diversidade cultural é uma das características mais relevantes que deve ser mantida, não seria a expressão “da humanidade” um elemento a contrapor-se a ela? O que nos torna humanos, demasiadamente humanos, para nos lembrarmos de Nietzsche? - questão polêmica que também poderia ser objeto de outra discussão. Mas não poderia deixar de anotar que uma das condições humanas é a singularidade dos grupos sociais. Por isso tenho dificuldade em aceitar simplesmente a palavra humanidade. Aliás, a própria Unesco, ao propor, com sucesso, a *Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, em 2005, gera um paradoxo no qual a segunda posição deve prevalecer.

Por fim, trago algumas reflexões sobre o artigo *Os diferentes significados do patrimônio natural*, da geógrafa do Iphan Simone Scifoni. Preocupada com o tema do patrimônio natural, ela começa com um importante alerta: existe uma dura disputa entre países para colocarem elementos naturais na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, porém, apenas 22% da lista são constituídos de sítios naturais.

Zanirato e Ribeiro (2006) indicam que foi a partir da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ocorrida no México em 1985, que a Unesco flexibilizou seu entendimento sobre patrimônio cultural, permitindo que expressões anônimas passassem a ser também consideradas patrimônio. Antes disso, imperavam as assertivas de 1972, definidas pela *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, realizada em Paris, entre as quais, para elemento ser elevado à condição de patrimônio, seria preciso ser um testemunho único de processos naturais.

É justamente essa visão de patrimônio que Scifoni contesta. Para ela,

o patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz.

Nessa perspectiva, definir áreas naturais protegidas é sempre recortar o planeta à luz de evidências teóricas que, em conjunto, expressam um olhar específico da paisagem - no caso ocidental, um olhar que combina ciência e técnica, que expressa uma memória, a científica, mesmo que pelo desconhecimento dos processos naturais que atuam e definem as características da área protegida, como condição para apropriação futura, como reserva de recursos naturais.

Enfim, coube a mim a missão de comentar artigos bem-escritos que expressam visões do patrimônio. O que concluir após a leitura deles? Prefiro deixar ao leitor esse esforço de síntese sobre um tema que merece ser mais discutido. Este volume da revista *Diálogos* contribui para aprofundar o debate ao reunir autores que estudaram, com propriedade, três manifestações do patrimônio: o imaterial, o subaquático e o natural.

#### REFERÊNCIAS

- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo : Editora da Unesp, 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY, Jaime (orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo : Contexto, 2003.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Boaventura Souza, MENEZES, Maria Paulo G. de e NUNES, João Arriscado. “Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo”. In SANTOS, Boaventura S. (org.). *Semear outras soluções*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.

ZANIRATO, S. H. . O que é que o Pelô tem?. *Revista de História* (Rio de Janeiro), v. 9, p. 76-81, 2006.

ZANIRATO, Silvia e RIBEIRO, Wagner Costa. “Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 51, pp. 251-262, 2006.

